

Entre ser negro e ser poeta: questões da crítica atual para o cânone na poesia romântica

Adeíto Manoel Pinho¹

Resumo: Este ensaio investiga as relações entre cânone literário brasileiro e a ordem social no Romantismo. Para tanto, estabeleço estudo na interface poesia e projeto abolicionista. Entram em foco afrodescendência e liberalismo na cultura nacional do século XIX. São trazidos para o debate, textos de Castro Alves, Luís Gama, Machado de Assis, sob a ótica crítica de Roberto Reis, Flávio R. Kothe, Regina Zilberman e outros.

Palavras-chave: Cânone. Poesia romântica. Literatura brasileira. História da literatura.

E, com tretas e com furtos
Vão subindo a passos curtos;
Fazem grossa pepineira,
Só pela *arte do Vieira*,
E com jeito e proteções,
Galgam altas posições!
(Quem sou eu?)
(GAMA, 2000, p. 114)

Os estudos sobre o Romantismo brasileiro distinguem duas facções nítidas para apreciação dos autores: canônicos e não-canônicos. Aqui, tomo de empréstimo o conceito muito bem explorado por Roberto Reis em *Cânon*:

Se seguirmos esta noção, tão corrente nos circuitos da chamada alta cultura e tão consagrada pelas instâncias abonadoras da produção de bens simbólicos, verificamos que o *corpus* canônico da literatura (e, via de regra, não se usa o adjetivo “ocidental”,

¹ Dr. em Linguística, Letras e Artes. Professor do Curso de Letras e Coordenador do Programa de Pós-graduação da UEFS. E-mail: adeitalo@uol.com.br.

embora os autores sejam oriundos do Ocidente) está envolto por uma redoma de a-historicidade, como se houvesse sido estipulado por uma supracomissão de cúpulas e de alto nível (infensa a condicionamentos de ordem ideológica ou de classe) que, por uma espécie de mandato divino, houvesse traçado os contornos do cânon, elegendo tais obras e autores e varrendo do mapa outros autores e obras (REIS, 1992, p. 71).

Reis avança por uma discussão que pretende desvendar os mecanismos do estabelecimento e permanências do texto literário. Os critérios de consagração de autores e obras como o estético e estilístico seriam, no seu texto, verdadeiramente, a “supracomissão de cúpulas e de alto nível”, que *per si* passaria ileso perante os julgamentos partidário e econômico, num “mandato divino”, dogmático, inquestionável e também nebuloso. Só se notaria o produto do trabalho, o cânon, e não os sujeitos da ação: a supracomissão.

Essas reflexões apontam para uma postura de estudo na qual se deve desconfiar da tradição de autores colocados no Cânone. Na atualidade, para o aprofundamento dos mecanismos formadores da literatura, mais importante é problematizar a engrenagem canônica e não simplesmente, ou inocentemente, os autores nela encaixados, pois “o que se pretende, ao se questionar o processo de canonização de obras literárias é, em última instância, colocar em xeque os mecanismos de poder a ele subjacentes” (REIS, 1992, p. 69). Os mecanismos ocultos na aparente transparência e unanimidade da consagração nascem de uma necessidade de manutenção de instituições da dominação.

Há uma variação de tipologias para referenciar o cânone: autores menores e maiores, autores sínteses, autores consagrados e esquecidos. O distanciamento no tempo, a longa linhagem de histórias da literatura publicadas nesse ínterim, de textos críticos a elas ajuntados, vai fixando uma opinião vencedora sobre autores que se superpõem à opinião crítica – criando um conceito atemporal, não datado. O Brasil acirra e agrava esse processo quando alia a dificuldade de publicação de livros, o frágil sistema de leitura de massa, aos interesses de centros privilegiados economicamente. O conceito de grande poeta está de maneira umbilical ligado aos interesses erguidos pelo tipo de produção publicada – épica, lírica, narrativa ou dramática –, em qual suporte – jornal, revista ou livro – e em qual período histórico. Tal conceito é construído muito mais para a satisfação dessas instituições do que para a própria coroação do sujeito que pratica a atividade literária. O Brasil do século XIX tem um cânone a ser preenchido – a nacionalidade.

Todos os esforços de intelectuais, religiosos e militares devem concorrer para o bom êxito da empresa chamada Brasil. Segundo Roberto Reis,

a crítica engajada num processo de ‘emancipação’ da cultura brasileira da dependência que a tem acossado desde os tempos coloniais, projeta a sua ideologia no *corpus* literário e como que tende a avaliar os textos e escritores em função do grau maior ou menor de ‘nacionalidade’ que porventura contenham (REIS, 1992, p. 81).

Um dos mais destacados lugares-temas representativos da nacionalidade foi a Natureza, sobre a qual um historiador francês do peso de Ferdinand Denis escrevia, “se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres” (DENIS, 1978, p. 35). E, por essa via, orientava um nacionalismo para a representação literária do Brasil, porque a grandiosidade, colorido e exotismo daquela “leva a sentir a necessidade de exaltar, antes de tudo, a sua pátria.”(DENIS, 1978, p. 35). As observações do ensaísta e romancista francês foram atenciosamente ouvidas.

Num jogo bem intencionado, tudo concorreu para auxiliar o Brasil a livrar-se da dependência: a crítica autorizada selecionou autores e obras que destacam em suas realizações uma nacionalidade – são brasileiras. Em diferença de outros textos, não conseguem alcançar essa brasilidade, mesmo escrevendo em português sobre temas e lugares comuns ao espaço geográfico chamado Brasil. Como desconfiam os autores que pesquisam sobre a nacionalidade, o ser brasileiro pertence a um lugar, a uma fisionomia, a uma dicção, a uma classe. E é desse lugar que emanam/atrai as produções consagradas, que Machado de Assis chamou de “Instinto de Nacionalidade” (1959), de certa forma, tentando rever os exageros cometidos ao se atender os conselhos de Denis, gravados no seu *Resumo da história literária do Brasil* (1978).

Duas questões são visíveis e impertinentes em tal discussão, facilmente exemplificáveis. Em nome da nacionalidade, toda uma produção artística na literatura, na música e na pintura retratou os indígenas, como Iracema e Moema, coerentemente à moda da classe endinheirada branca brasileira do século XIX: estão lá as cores próprias da tropicalidade original, a ambiência paradisíaca tão vivamente descrita por Pero Vaz de Caminha, comum a uma visão provinda da colonização e, finalmente, a virgem delicada, plácida (neste mesmo instante os nativos estavam sendo massacrados por latifundiários), pálida (num jogo que faz duvidar da capacidade do inclemente sol dos trópicos) à feição dos europeus. Esse conjunto de obras consagrado pela sua competência e nacionalidade é canônico (PINHO, 2008, p. 39).

A outra questão a ser abordada na relação nacionalidade e literatura pode ser exemplificada com o poeta Luís Gama (1830-1882). Abolicionista, liberal, republicano,

jornalista, brasileiro, reúne em si os critérios da canonização, uma vez que são esses os requisitos exigidos: partilhar de uma Nação. O rábula baiano realizou feito heróico ao publicar um livro ímpar: *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (2000), onde imprimiu versos críticos, como os seguintes, do poema “Quem sou eu”, a famosa *Bodarrada*:

E que os homens poderosos
D’esta arenga receosos
Hão de chamar-me – tarelo,
Bode, negro, Mongibelo; [...]
Se negro sou, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda casta,
Pois que a espécie é muito vasta, [...]
(GAMA, 2000, p. 116).

Ele reuniu um tomo de poemas à moda de um Bernardo Guimarães de “Orgia dos duendes” ou, Álvares de Azevedo de um “Macário”, e o Castro Alves condoreiro da lírica feminina e negra. E os versos seguintes, como exemplo, de “Meus amores”:

Meus amores são lindos, cor da noite
Recamada de estrelas rutilantes;
Tão formosa crioula, ou Tétis negra,
Tem por olhos dois astros cintilantes.

A cabeça envolvida em núbia trunfa,
Os seios são dois globos a saltar;
A voz traduz lascívia que arrebatava,
- É coisa de sentir, não de contar.
(GAMA, 2000, p. 243-4).

O poema representa a beleza da mulher negra. O belo é um dos grandes temas do Romantismo sempre em conjunção/oposição ao grotesco². Há muita semelhança com os versos de Castro Alves, principalmente d’*A Cachoeira de Paulo Afonso*. A valorização dos traços físicos da mulher negra é tema dos dois poetas. No poema “Maria”, de Castro Alves, a descrição do corpo da mulher, tanto do que vê, braços e coxas, quanto do que se deseja ver, o segredo por baixo da saia curta, que a grama um beijo furta, muito se aproxima da estrofe a seguir de Gama:

Quando a brisa, por entre anáguas
Españeja as cambraias escondidas,
Deixando ver aos olhos cobiçosos
As lisas pernas de ébano luzidas.
(GAMA, 2000, p. 244).

Esse livro teve três reedições, demonstrando o interesse freqüente dos leitores por suas trovas. Mesmo assim, pouco depois de sua morte, a tradição tratou de soterrar a veia poética, satírica e crítica do autor de “Quem sou eu”, a famosa bodarrada, na qual tanto ele quanto os ditos brancos são nomeados de bodes. Antonio Candido, citado por Lígia Ferreira, ressalta o fato de Luís Gama andar na “contramão”, se comparado a Machado de Assis ou Cruz e Sousa, por lançar ataques diretos à “definição de brancura”, valor fundamental para o “branco dominador”, por inverter as regras: em seus escritos é o “negro que faz troça do branco” (GAMA, LXVIII e LXIX). Ainda valendo-me do texto de Roberto Reis, a desconfiança é de que a não condição de pertença à classe dirigente tenha sido um dos empecilhos para a consagração. Aqui vale mais o lugar da fala e não transposição de máscaras, pois segundo Flávio Kothe, no seu *Cânone imperial*,

a ‘poesia’ de Castro Alves não consegue sequer acompanhar a discussão filosófica de sua época. Não passa de retórica inconsistente de um acadêmico de direito. Diante de uma violenta luta, de um processo revolucionário em curso, o que ele sabe propor – e o cânone sacramentar – é apenas que o negro vá para a África ou que se mate (KOTHE, 2000, p. 393).

Diante da aspereza do crítico para com o grande poeta, deve-se observar que não perfaz comparação com outros poetas como Luís Gama, somente detecta a contradição do plano político/ideológico consagrador da reputação de Castro Alves, “poeta dos escravos”, com a interpretação de suas linhas. Em dois exemplos explorados: *A Cachoeira de Paulo Afonso*, e *Navio negreiro*. No primeiro, o crime de estupro da protagonista negra Maria é pervertido porque o criminoso, filho do patrão e branco, é irmão do protagonista Lucas. Ele é o único que poderia usar a sua grandiosidade, força, heroísmo para uma reparação, no entanto, estaria impedido pelo parentesco nebuloso.

Por sua vez, Lucas comete suicídio, esvaziando a retórica poética e frustrando um trato crítico do tema, na opinião de Kothe: o poder instituído poeticamente ao negro, no poema, dilui-se na perda e fragilidade do salto fatídico na grande cachoeira.

O moralismo condoreiro serve a fins imorais: apagar a responsabilidade histórica da ‘coroa portuguesa’, da ‘Igreja Católica’, da elite latifundiária e do ‘Império’, escamoteando principalmente a espoliação do trabalho escravo pelas classes dirigentes, a ponto de sugerir que o negro deveria ficar agradecido se pudesse ficar no país, já que o seu lugar era a África (KOTHE, 2000, p. 273-4).

Para Flávio R. Kothe, os favores para com aquelas instituições, via obra, e “por sua limitação” quanto ao problema da escravidão, providenciaram um lugar confortável para Castro Alves no cânone brasileiro, e não por alguma “grandeza”. Luís Gama era negro e atacava uma elite brasileira, a partir de um lugar denunciado – do ser negro, pobre, etc., e não por utilizar uma máscara descartável de defensor dos marginalizados. Numa simples devassada no cânone, pensando nas origens dos poetas, veremos que há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social.

Outro caso é Machado de Assis, que desloca seu lugar de origem das cozinhas e senzalas das grandes casas fidalgas para o lugar puramente de poder – as letras. Neste caso, a temática é outra nacionalidade, a análise e reflexão sobre a própria pertença do poder. Machado, compreendendo a limitação sobre a brasilidade numa única classe, constrói uma obra sem vibrações com a intromissão problemática de outras classes. Sua narrativa é a negociação em níveis dramáticos e psicológicos. A sua atuação como funcionário público, jornalista, preservou a posição confortável e o quase apagamento da sua origem de classe subalterna. O modo como conduziu sua obra, buscando outra universalidade – o pessimismo, construindo uma sociedade composta quase toda ela de homens mesquinhos, mulheres adúlteras, na qual nem o pobre teve salvação, como diria Roberto Schwarz, “tudo nos romances de Machado de Assis é tingido pela volubilidade de seu narrador”, quando analisa a personagem de dona Plácida.

Porém, este retrato descarnado da sociedade brasileira que “só um escritor culto e requintado, à vontade na variedade dos estilos, das filosofias e das experiências de classe pôde alcançar” (SCHWARZ, 1983, p. 50) levantou críticas de outro estudioso, Flávio Kothe, em livro referido. Segundo o autor de *Cânone Imperial*,

Ele nunca ri do poder, mas apenas para o poder, ou seja, dos mais fracos: daqueles que dependem do poder alheio ou querem exibir mais do que têm. Se ele tem muito contra negros e arrivistas, demonstra, no entanto, predileção pelos membros da oligarquia latifundiária, por aqueles que são muito ricos (2000, p. 525).

Uma vez na posição confortável, arremata sua consagração com a orientação, criação e direção do local máximo do cânone – a Academia Brasileira de Letras. Esta, por si, é ritualística, cerimonial e embecada. O escritor redesenha a sua fisionomia distante da correspondência física e existencial dos marginalizados culturalmente, pois orais, limitados geograficamente, pois acorrentados, e excluídos, pois descamisados e descalçados. Lembrando outro estudo já referido,

o autor de *Memorial de Aires*, sabedor do peso da margem e do Outro, retrata a si em cores e escritas da diferença (PINHO, 2008).

Machado de Assis, aparentemente, compreende o jogo da consagração. O texto “Instinto de Nacionalidade” e o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* apontam para esta afirmação, pois operam com mecanismos e recursos ficcionais extraídos das leituras em diversas áreas de conhecimento. Ironia, metalinguagem e analogias que aparentam superficialmente um elogio à classe dominante, mas sabotam seus paradigmas mais preciosos: inteligência, ciência, competência, organização social. Requisitos percebidos no conto “A teoria do medalhão”. Como afirma muito bem Roberto Schwarz, Machado opera como um trapezista, pervertendo a ordem e se equilibrando numa ocultação milimétrica de seu discurso. É forte sua imprecação “ao vencedor as batatas”. Machado pode ser criticado porque não se posiciona explicitamente sobre o lugar das classes em seus livros, mas se o faz é por saber da situação delicada da sua posição.

A reunião de forças da nacionalidade funcionaria como linha reta, poderosa, justificada, que apontasse para um caminho seguro à identificação das camadas sociais com o projeto brasileiro. Obstáculos posicionam-se impedindo a acomodação de Brasil e população: a escravidão obrigava uma ficção que acomodasse umas das classes brasileiras. O intelectual e os literatos construíram um bem simbólico para acomodar o desvio nos princípios do liberalismo, como diria Pierre Bourdieu (2001, p. 117).

Cândido adverte para o jogo teatral montado pela elite brasileira quando do advento da Independência, e o que parecia uma movimentação pretendida desde os tempos da Conjuração Mineira não significou mais do que um (*mise en sciene*) desesperado, via o (*laissez faire*) vindo da Europa, para promover a manutenção do estado de coisas que era o Brasil preso a Portugal. Nesta perspectiva, estudos importantes do professor paranaense Jurandir Malerba, em *Cultura no Brasil Imperial*, e Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização*, apontam a chegada no Brasil, no início do séc. XIX, de um liberalismo que se adaptou às contingências ideológicas das nossas elites, um *liberalismo matizado*, na concepção do primeiro estudioso.

Malerba reflete sobre o descompasso no Brasil, entre os ideais liberais e a condição *ancien régime* com o Império e a escravidão, surgindo aqui, segundo ele, um tipo adaptado de liberalismo. Aquela linha reta funciona a reboque, como diria Antonio Candido, não aponta para o Brasil – do litoral para o interior, mas sim num movimento baldado para a Europa. Esse sintoma é facilmente explicado porque uma das classes componentes da sociedade brasileira veio

de Portugal. Resumo da ópera: a sociedade que compunha e deveria sustentar o projeto brasileiro tinha uma parte acorrentada e outra “estrangeira”. Não poderemos deixar de falar do índio, que não obstante pertencer a uma classe totalmente excluída da composição social da Nação, não tendo acesso ao menor privilégio nacional, é alçado à titularidade de Herói do novo país. Símbolo indigente e indigesto às pretensões de um encontro possível de identificação.

No Brasil, tínhamos poetas provindos das classes acorrentada, livre (digamos assim), “estrangeira”. E não poderia deixar de ser dramático o posicionamento destes diversos criadores de literatura dos lusos trópicos. Tão engajadamente travado esse embate que sobrou um mal-estar que as gerações contemporâneas devem desconstruir. Num pêndulo ágil e energizado, a crítica teria que promover a manutenção da arte literária de maneira a estar ligada e justificada em todas as possíveis classes letradas – o pêndulo gira para um lado; somente os poetas escolhidos da classe interessante para a manutenção do *status quo* da nova Nação – o pêndulo gira para o outro lado.

O movimento pendular deve ser linear e intermitente. Nenhum dos dois movimentos deve ser questionado. Os poetas brasileiros constantes de uma lista de talentosos devem ser justificadamente os melhores poetas do Brasil. Os clássicos, premiados com as reedições, com as abordagens universitárias, os programas especiais veiculados nos meios de comunicação. A partir deste estudo, é possível fazer algumas poucas constatações sobre a intercalação dos temas da afrodescendência com a consagração via literatura no século XIX. Através de poetas de palavras melódicas e tons de pele diversos, o cânone como um veículo de exclusão e privilégios questiona o tema da nacionalidade.

Abstract: *This essay investigates the relationships between Brazilian literary canon and Romantic social order. To this aim, an interface between abolitionist poetry and project is established. Afrodescendancy and liberalism in XIX century Brazilian culture are brought into consideration. Texts written by Castro Alves, Luis Gama, Machado de Assis are discussed taken into consideration, among other authors, Roberto Reis', Flávio R. Kothe's and Regina Zilberman's critical views.*

Keywords: *Canon. Romantic poetry. Brazilian literature. History of literature.*

Notas

² A valorização da beleza é tão significativa que em *A escrava Isaura*, Bernardo Guimarães rompe uma hierarquia entre escrava e senhora, impõe tal beleza a Isaura que causa espanto a Malvina, também de beleza grandiosa. Acima do critério econômico e moralista-escravista, a beleza quebra o intransponível muro das classes e Isaura é libertada e transforma-se em senhora.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *Iracema* - lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ASSIS, Machado de. Literatura Brasileira - Instinto de Nacionalidade. In: ASSIS, M. de. *Antologia Crítica*. Rio de Janeiro: AGIR, 1959, p. 28-35. (Série Nossos Clássicos).

ALVES, Lizar Arcanjo et alli (Org.). *Poesias de Castro Alves*: antologia comentada. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; Fundação Cultural do Estado; EGBA, 1997.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. O campo das instâncias de reprodução e consagração. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. Tradução e organização de Sérgio Miceli et. al. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1975. 2v. v. 2.

CARPEAUX, Otto Maria. O Romantismo. In: CARPEAUX, O. M. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1962. v. 4.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500 – 1960)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 6v. v. 2.

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino (Org). *Historiadores e críticos do Romantismo*. 1. A contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 35-82.

FONSECA, Aleiton. *Enredo romântico, música ao fundo* – manifestações lúdico-musicais no romance urbano do Romantismo. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GAMA, Luiz. *Primeiras trovas burlescas*. Org. e int. Lígia F. Ferreira. São Paulo: Martins, 2000. (Col. Poetas do Brasil).

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Trad. Walter H. Geenen. v. II. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

IARARANA – Revista de arte, crítica e literatura. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; COPENE, 1998, 1999, 2000, 2001. v. 1, 2, 3, 4, 5.

JOBIM, José Luiz (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. (Biblioteca Pierre Menard).

KOTHE, Flávio René. *O cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

MOISÉS, Massaud. *O Simbolismo*. São Paulo: Cultrix, 1969. v. 4. (Col. A literatura brasileira).

ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas; São Paulo: Pontes, 1993.

PINHO, Adeitalo Manoel. A margem e o outro, retratos de índio no Romantismo. *Revista Instrumento*, Juiz de Fora, v. 10, p. 37-44, jan./dez. 2008.

PINHO, Adeitalo Manoel. Djalma Viana e Lélío – cronistas de um mesmo presente. In: MARTINS, D. S. (Org.). *Seminário brasileiro de Crítica Literária*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PINHO, Adeitalo Manoel. *Um crítico dois caminhos – a crítica literária de Adonias Filho e Djalma Viana*. Dissertação de Mestrado - 1999, Salvador: UFBA.

REIS, Roberto. Canon. In: JOBIM, José Luiz (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. (Biblioteca Pierre Menard).

REVISTA TEMPO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. n. 90.

SANTANA, Afonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VEIGA, Claudio. *Prosadores e poetas na Bahia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.